

Relatório e contas-Época 2022/2023

MOREIRENSE FUTEBOL CLUBE
FUTEBOL SAD

Índice

1. Mensagem do Presidente.....	3
2. Órgãos Sociais.....	5
3. Relatório de Gestão.....	7
4. Demonstrações Financeiras	13
5. Anexo.....	15
6. Certificação Legal das Contas.....	27
7. Relatório e Parecer do Fiscal Único.....	29

1. Mensagem do Presidente

Prezados acionistas

O ano desportivo cujas contas ora apreciamos deu-nos a dimensão do nosso real valor. Caímos? Sim, caímos. Mas levantamo-nos ainda com mais força e logo nos sagrarmos Campeões Nacionais da Segunda Liga para, de novo, ombrearmos com os grandes do futebol nacional.

É uma honra e um grande orgulho, que repartimos com os nossos adeptos, com os cidadãos da Vila de Moreira e com os Vimaraneses em geral. Todos contribuíram para este feito do Moreirense: Equipa técnica, Atletas, acionistas, Colaboradores, Diretores e Patrocinadores em geral com destaque para o Município de Guimarães.

Pela frente temos agora um novo ano económico e desportivo, bem diferente do anterior, pelo grau de exigência técnica e financeira que vamos enfrentar, com a mesma confiança e vontade de vencer. Coragem e resiliência não nos vão faltar, para que a Moreirense SAD continue de boa saúde financeira e possa cumprir cabalmente o seu papel de proporcionar ao Clube os instrumentos necessários ao seu bom desempenho social e desportivo.

É neste quadro de objetivos que, como Presidente do Conselho de Administração da SAD, entidade gestora da atividade do futebol do Moreirense Futebol Clube, vos apresento o Relatório e Contas do exercício de 2022/2023.

Como os Senhores Acionistas podem verificar, da análise do Relatório e Contas da SAD, dos seus resultados, dos fluxos financeiros gerados e da sua sustentada estabilidade económica, fica demonstrado à evidência que tem havido uma boa gestão financeira e que, por essa via, têm sido criadas as condições necessárias para que o Moreirense faça a sua caminhada sem sobressaltos, potenciada pelas condições de treino de primeira classe que a Vila Desportiva proporciona aos seus Atletas, bem como a realização de eventos desportivos e culturais.

A estabilidade económica é fundamental para os êxitos do Moreirense. A SAD não pode por isso deixar de estar atenta a qualquer oportunidade de criação de mais-valias, porque os nossos recursos são escassos. Da sua gestão criteriosa depende a sustentabilidade do Moreirense na primeira Liga. A SAD é parte importante desse sucesso e os Senhores

Acionistas merecem aqui uma palavra de gratidão pelo apoio que sempre manifestam, perante os desafios que sempre se colocam à gestão dos recursos financeiros da SAD.

Por fim, cumpre-me expressar aqui um agradecimento a todas as Entidades públicas e privadas que nos apoiaram, aos Srs. Acionistas, em especial aos meus colegas da Administração, ao Revisor Oficial de Contas e Mesa da Assembleia Geral e a todos os colaboradores, pela disponibilidade e empenho que sempre demonstraram no exercício da sua missão.

Moreira de Cónegos, 30 de setembro de 2023

Domingos Vítor Abreu de Magalhães

2. Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente: Serafina Luzia da Silva Pereira Ferreira

1º Secretário: Fernando Jorge Leiras Sampaio

Conselho de Administração:

Cargo – Administrador - Presidente: Domingos Vítor de Abreu Magalhães

Cargo – Administrador - Joaquim Ferreira de Almeida

Cargo – Administrador - Luís Miguel Machado de Abreu Pinto

O Fiscal Único:

Carlos Cunha & Associados, SROC, Lda., NIPC 510 738 265 representada por Carlos Alberto da Silva Cunha, ROC nº 685, NIF 156661160

Suplente do Fiscal Único: Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A., NIPC 505261898, representada por Bruno José Machado Almeida ROC nº 1407, NIF 205621228

Relatório de Gestão

Análise Económico-Financeira

- Gastos
- Rendimentos
- Ativo
- Passivo
- Situação Líquida

Proposta de Aplicação de Resultados

Considerações finais

3. Relatório de Gestão

Análise Económica e Financeira

Através dos mapas de contas e o balanço geral do exercício de 2022/2023, ficam claros os movimentos financeiros da SAD e o desenvolvimento dos gastos e rendimentos.

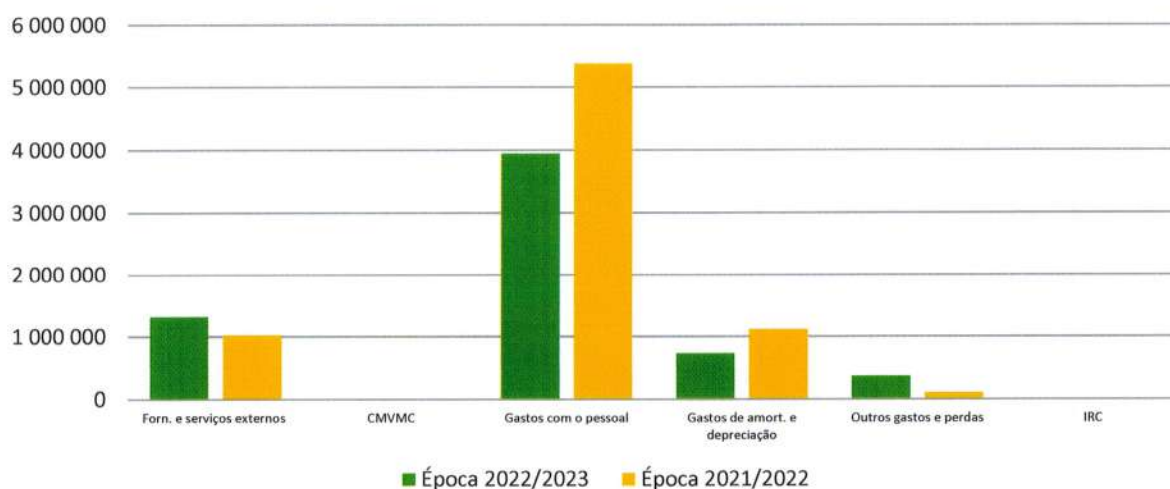
Cabe aqui, por isso registar alguns dos seus dados mais relevantes, que foram:

Gastos e Rendimentos

Na Época 2022/2023 os rendimentos do exercício atingiram cerca de 7,1 milhões de euros e, os gastos foram de cerca de 6,4 milhões de euros, donde o resultado ter sido positivo em cerca de 680 mil de euros.

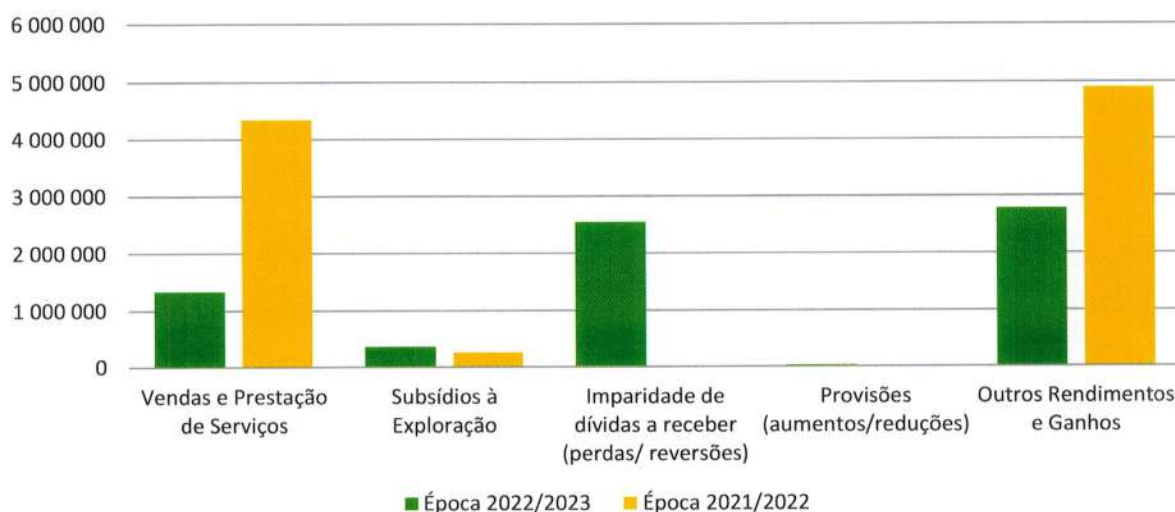
Gastos	Época 2022/2023	Época 2021/2022
Forn. e serviços externos	1 323 486,43	1 034 821,44
CMVMC	765,00	1 102,50
Gastos com o pessoal	3 945 223,01	5 381 324,83
Gastos de amort. e depreciação	735 805,07	1 120 697,77
Outros gastos e perdas	375 115,29	105 604,25
IRC	16 744,55	5 679,72
Total	6 397 139,35	7 649 230,51

Gastos



Rendimentos	Época 2022/2023	Época 2021/2022
Vendas e Prestação de Serviços	1 340 664,48	4 357 211,02
Subsídios à Exploração	370 436,86	259 935,30
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	2 550 000,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	27 750,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos	2 787 804,42	4 913 759,41
Total	7 076 655,76	9 530 905,73

Rendimentos



Ativos

Ativo não corrente	Época 2022/2023	Época 2021/2022
Ativos fixos tangíveis	5 348 247,61	5 127 986,75
Ativos intangíveis	585 328,05	1 033 228,17
Total do Ativo não corrente	5 933 575,66	6 161 214,92

Ativos Fixos Tangíveis

A diferença entre os valores inscritos na Época 2021/2022 e 2022/2023 referem-se a aquisições efetuadas na época 2022/2023.

Na época 2018/2019 iniciou-se a construção da Vila Desportiva, tendo sido concluído parte do investimento na época 2022/2023. Foi transferido para a rubrica de edifícios e outras construções 4 156 162,51 Euros. A data estimada de conclusão do restante investimento reconhecido em ativos fixos em curso é no exercício de 2024.

Ativos Fixos Tangíveis	Época 2022/2023	Época 2021/2022
Edifícios e outras construções	4 502 791,73	346 629,22
Equipamento Básico	277 779,17	277 779,17
Equipamento de Transporte	25 000,00	25 000,00
Equipamento Administrativo	49 925,77	49 616,77
Outros Ativos Fixos Tangíveis	308 054,31	304 323,24
Ativos Fixos Tangíveis em curso	867 751,24	4 613 691,35
Total	6 031 302,22	5 617 039,75

Depreciações Acumuladas:

Ativos Fixos Tangíveis	Época 2022/2023	Época 2021/2022
Edifícios e outras construções	242 889,72	113 355,51
Equipamento Básico	263 311,33	235 599,66
Equipamento de Transporte	25 000,00	25 000,00
Equipamento Administrativo	38 461,67	33 991,48
Outros Ativos Fixos Tangíveis	113 391,89	81 106,35
Total	683 054,61	489 053,00

Ativos Intangíveis:

A diferença entre os valores inscritos na Época 2021/2022 e 2022/2023 referem-se a aquisições e alienações efetuadas na época 2022/2023. Durante a época em curso foram alienados direitos desportivos de jogadores que geraram mais valias contabilísticas de 660 mil euros.

Ativos Intangíveis	Época 2022/2023	Época 2021/2022
Passes de Jogadores	1 587 229,19	2 135 755,12
Programas de Computador	4 507,10	4 507,10
Total	1 591 736,29	2 140 262,22

Amortizações Acumuladas

Ativos Intangíveis	Época 2022/2023	Época 2021/2022
Passes de Jogadores	1 001 901,14	1 102 526,95
Programas de Computador	4 507,10	4 507,10
Total	1 006 408,24	1 107 034,05

Durante a época 2022/2023 amortizaram-se Passes dos Jogadores no valor de 542 mil de euros (com base na duração do contrato).

Ativo corrente	Época 2022/2023	Época 2021/2022
Inventários	0,00	0,00
Clientes	2 370 739,44	3 491 039,50
Estado e outros entes públicos	20 143,34	3 685,75
Outros créditos a receber	175 728,42	7 064,35
Diferimentos	19 856,48	32 989,60
Caixa e depósitos bancários	2 294 661,67	1 366 448,22
Total do Ativo corrente	4 881 129,35	4 901 227,42

O ativo corrente da entidade manteve-se nos 4.9 milhões de euros na época 2022/2023. Verificamos que houve uma redução significativa na rubrica de clientes que diminuiu cerca de 1.1 milhões de euros e um aumento significativo na rubrica de caixa e depósitos bancários que aumentou cerca de 928 mil euros.

Passivo

Passivo não Corrente	Época 2022/2023	Época 2021/2022
Provisões	360 000,00	387 750,00
Financiamentos obtidos	809 941,46	809 941,46
Total do Passivo não corrente	1 169 941,46	1 197 691,46

O Passivo não corrente diminui de 1.197 mil euros para 1.169 mil euros. Esta diminuição está relacionada com a reversão da provisão no valor de 387.750 Euros e a constituição de uma nova provisão no valor de 360.000 Euros.

Passivo Corrente	Época 2022/2023	Época 2021/2022
Fornecedores	1 694 252,32	2 241 451,69
Estado e outros entes públicos	175 501,39	169 356,25
Financiamentos obtidos	750 000,00	750 000,00
Outros passivos correntes	216 389,71	574 839,22
Total do Passivo corrente	2 836 143,42	3 735 647,16

O Passivo corrente diminuiu de 3.735 mil euros para 2.836 mil euros. Esta diminuição está relacionada com a diminuição da dívida de fornecedores e de outros passivos correntes.

Situação Líquida

Capital Próprio	Época 2022/2023	Época 2021/2022
Capital	1 000 000,00	1 000 000,00
Reservas Legais	200 000,00	200 000,00
Outras Reservas	1 950 000,00	1 950 000,00
Resultados Transitados	2 979 103,72	1 097 428,50
Resultado Líquido do Período	679 516,41	1 881 675,22
Total do Capital Próprio	6 808 620,13	6 129 103,72

As demonstrações financeiras da Sociedade apresentam em 30 de junho de 2023 um capital próprio, no montante de 6.808.620,13 € face a um capital social de 1.000.000,00 €. Houve um aumento dos capitais próprios da entidade fruto do resultado líquido positivo apresentado na época 2022/2023.

Investimentos previstos

Na época 2018/2019 iniciou-se a construção da Vila Desportiva, tendo sido concluído parte do investimento na época 2022/2023. Foi transferido para a rubrica de edifícios e outras construções 4.156.162,51 Euros. A data estimada de conclusão do restante investimento reconhecido em ativos fixos em curso é no exercício de 2024.

Evolução previsível

Neste momento e, considerando que subimos para a primeira Liga, as receitas de transmissão de direitos televisivos serão bastante superiores aos registados na presente época desportiva, pelo que os resultados financeiros da próxima época serão substancialmente maiores.

Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que o resultado positivo de 679.516,41 € seja transferido para resultados transitados.

Considerações Finais

A Administração aproveita para expressar uma palavra de reconhecimento a todos os seus colaboradores e agradecer a todos quantos, de forma directa ou indirecta, cooperaram com o Moreirense Futebol Clube – Futebol SAD.

A Administração
João Pereira de Almeida
[Assinatura]
Moreirense Futebol Clube
Fut - Sad
A Administração

Demonstrações Financeiras

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ANEXO

1. Demonstrações Financeiras

BALANÇO EM 30 DE JUNHO DE 2023 e 2022

(Euro)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		30-06-2023	30-06-2022
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	5 348 247,61	5 127 986,75
Ativos intangíveis	5	585 328,05	1 033 228,17
		5 933 575,66	6 161 214,92
Ativo Corrente			
Inventários	6	0,00	0,00
Clientes	9.4	2 370 739,44	3 491 039,50
Estado e Outros entes públicos	12	20 143,34	3 685,75
Outros créditos a receber	13.3.1 ; 9.4	175 728,42	7 064,35
Diferimentos	13.3.8	19 856,48	32 989,60
Caixa e depósitos bancários		2 294 661,67	1 366 448,22
		4 881 129,35	4 901 227,42
Total do Ativo		10 814 705,01	11 062 442,34
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito		1 000 000,00	1 000 000,00
Reservas legais	9.2	200 000,00	200 000,00
Outras reservas		1 950 000,00	1 950 000,00
Resultados transitados		2 979 103,72	1 097 428,50
		6 129 103,72	4 247 428,50
Resultado líquido do período	9.2	679 516,41	1 881 675,22
Total do Capital Próprio		6 808 620,13	6 129 103,72
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões	8	360 000,00	387 750,00
Financiamentos obtidos	9.3 ; 13.1	809 941,46	809 941,46
		1 169 941,46	1 197 691,46
Passivo Corrente			
Fornecedores	13.1	1 694 252,32	2 241 451,69
Estado e outros entes públicos	12	175 501,39	169 356,25
Financiamentos obtidos	9.3; 13.1	750 000,00	750 000,00
Outras passivos correntes	13.1; 13.3.1	216 389,71	574 839,22
		2 836 143,42	3 735 647,16
Total do Passivo		4 006 084,88	4 933 338,62
Total do Capital Próprio e Passivo		10 814 705,01	11 062 442,34

A Contabilista Certificada

[Assinatura]

A Administração

[Assinatura]
Moreirense Futebol Clube
Fut. Sad
A Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2023 e 2022

(Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		JUN.23	JUN.22
Vendas e serviços prestados	7.2	1 340 664,48	4 357 211,02
Subsídios à exploração	13.3.7	370 436,86	259 935,30
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6 ; 13.3.2	-765,00	-1 102,50
Fornecimentos e serviços externos	13.1 ; 13.3.3	-1 323 486,43	-1 034 821,44
Gastos com o pessoal	10 ; 13.3.4	-3 945 223,01	-5 381 324,83
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9.4	2 550 000,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	8	27 750,00	0,00
Outros rendimentos	13.3.5	2 787 804,42	4 913 759,41
Outros gastos	13.3.6	-375 115,29	-105 604,25
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 432 066,03	3 008 052,71
Gastos/reversões de depreciação e amortização	4 ; 5	-735 805,07	-1 120 697,77
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		696 260,96	1 887 354,94
Resultado antes de impostos		696 260,96	1 887 354,94
Imposto sobre o rendimento do período		-16 744,55	-5 679,72
Resultado líquido do período		679 516,41	1 881 675,22

A Contabilista Certificada

[Assinatura]

A Administração

[Assinatura]
Moreirense Futebol Clube
Fut - Sad
A Administração

2. Anexo

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O Moreirense Futebol Clube – Futebol SAD, NIF 510 676 472, é uma Sociedade Anónima Desportiva com o capital social de 1.000.000 Euros representado por 200.000 acções nominativas e tem a sua sede na Avenida Comendador Joaquim de Almeida Freitas. Foi constituída no dia 23 de maio de 2013, e tem como principal atividade a participação nas competições desportivas profissionais de futebol.

1.1 - Denominação e sede social do clube: Moreirense Futebol Clube com sede na Avenida Comendador Joaquim de Almeida Freitas, freguesia de Moreira de Cónegos, concelho de Guimarães. O Moreirense Futebol Clube detém 150.000 acções de Categoria A que representam 75% do Capital Social do Moreirense Futebol Clube – Futebol SAD.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Indicação do referencial contabilístico

A informação das demonstrações financeiras foi elaborada a partir dos registos contabilísticos da empresa, tendo por base a norma contabilística e de relato financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE) previsto no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho de 2010, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas

As quantias relativas ao período findo, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do novo Sistema de Normalização Contabilística.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1 Principais políticas contabilísticas:

3.1.1 Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Ativos fixos tangíveis: são reconhecidos inicialmente ao custo, e utilizado o modelo do custo (custo aquisição menos qualquer depreciação acumulada) na sua mensuração subsequente. O método de amortizações utilizado é o da linha reta.

Ativos intangíveis: são reconhecidos inicialmente ao custo, e utilizado o modelo do custo (custo aquisição menos qualquer depreciação acumulada) na sua mensuração subsequente. O método de amortizações utilizado é o da linha reta para os ativos intangíveis com vida útil finita. Os passes dos jogadores encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações, pelo método das quotas constantes durante o período do contrato de trabalho desportivo, e perdas por imparidade.

Locações: são reconhecidos em função da substância dos contratos em causa e não da forma do contrato. Na Locação financeira no reconhecimento inicial o bem é registado no ativo e a correspondente responsabilidade no passivo. Os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações/depreciações são reconhecidos como gastos do período a que respeitam. Na Locação operacional as rendas são reconhecidas como gastos do período a que respeitam.

Custos de empréstimos obtidos: são reconhecidos como gastos no período em que são incorridos, salvo se respeitarem à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, caso em que será parte do custo desse ativo, quando seja provável que dele resultarão benefícios económicos futuros para a entidade.

Inventários: são mensurados inicialmente pelo custo (custo de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual), sendo posteriormente reconhecidos pelo valor mais baixo entre o custo e o valor realizável líquido. A fórmula de custeio utilizada é a do FIFO.

Rédito: são reconhecidos pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, líquido de impostos, devoluções e outros abatimentos.

Provisões, passivos contingentes e ativos contingente: as provisões são reconhecidas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Os passivos e ativos contingentes, se existirem, apenas são divulgados.

Subsídios: são reconhecidos de acordo com o regime contabilístico da periodização económica a partir do momento em que existe uma garantia razoável de que a empresa irá cumprir as condições exigidas para a sua concessão e que o seu recebimento irá ser concretizado. Os subsídios atribuídos por entidades públicas que sejam reembolsáveis são contabilizados como passivos. Os subsídios atribuídos por entidades públicas que sejam não reembolsáveis e relacionados com ativos fixos tangíveis ou intangíveis são reconhecidos inicialmente em capitais próprios e, subsequentemente, imputados numa base sistemática como rendimentos, durante os períodos necessários para balancear os gastos relacionados.

Conversão cambial: Itens monetários: reconhecimento inicial à taxa de câmbio da data da operação, atualizando-se o valor dos itens que permanecem à data do balanço à taxa da data de fecho do mesmo. Itens não monetários: reconhecimento à taxa de câmbio da data da operação que lhes deu origem.

Imposto sobre o rendimento: é utilizado o método do imposto a pagar, sendo o gasto de imposto relacionado com o resultado de atividades ordinárias reconhecido na demonstração dos resultados. Se o gasto/rendimento de imposto respeitar a transações e outros acontecimentos reconhecidos diretamente no capital próprio será tal gasto/rendimento também reconhecido diretamente no capital próprio.

Instrumentos financeiros: são mensurados ao custo menos perda por imparidade os ativos e passivos financeiros relativos a clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar, empréstimos bancários, investimentos financeiros que não sejam de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos e não negociados publicamente. São mensurados ao justo valor os investimentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado. Os investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são efetuados de acordo com o método de equivalência patrimonial.

Benefícios dos empregados: os benefícios de curto-prazo reconhecidos como gastos do período a que respeitam; os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos como gastos do período em que a cessação ocorre.

3.1.2 Principais pressupostos relativos ao futuro;

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade e não foi identificado risco significativo que venha a provocar ajustamentos materiais no valor dos ativos e passivos a curto prazo.

3.1.3 Principais fontes de incerteza das estimativas.

A preparação de demonstrações financeiras exige que a gestão efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações à data da demonstração da posição financeira. Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes e (ii) nas ações que a Empresa considera poder vir a desenvolver no futuro. Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas. As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte são:

- Imposto sobre o Rendimento - De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2018 a 2021 poderão ainda ser sujeitas a revisão.

- Risco de Crédito - A empresa gere os riscos de crédito na carteira de saldos a receber através de análises de risco aquando da abertura de crédito para novos clientes e da sua revisão regular. Pela natureza intrínseca dos seus clientes, não se encontram disponíveis de forma generalizada ratings de crédito para a carteira, que permitam a sua categorização e análise enquanto população homogénea. Desta forma, são recolhidos elementos do comportamento financeiro dos clientes através de contactos regulares, bem como através de contactos com outras entidades envolvidas na relação comercial.

- Reconhecimento de provisões e ajustamentos - Nos casos em que a empresa é parte em processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências. As imparidades em contas a receber são calculadas essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos.

3.2 Alterações nas políticas contabilísticas

Não foram alteradas políticas contabilísticas no exercício na época 2022/2023.

3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas

Não houve alterações nas estimativas contabilísticas.

3.4 Correção de erros de períodos anteriores

Não houve alterações correções de erros de períodos anteriores no exercício na época 2022/2023.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

Bases de mensuração, métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos Ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis
Bases de mensuração		Custo	Custo	Custo	Custo	Custo
Vidas úteis		20	5-10	4	3-8	8-10
Métodos de depreciação		Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta

Ativos fixos tangíveis		Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Totais
Em 30/06/2021	Quantias brutas	346 629,22	277 779,17	25 000,00	47 542,97	130 414,95	4 307 569,07	5 134 935,38
	Depreciações acumuladas	-87 725,36	-207 873,29	-22 656,25	-26 391,18	-54 851,31	0	-399 497,39
	Quantias líquidas	258 903,86	69 905,88	2 343,75	21 151,79	75 563,64	4 307 569,07	4 735 437,99
Adições								
Aquisições					2 073,80	173 908,29	306 122,28	482 104,37
Diminuições								
Depreciações		-25 630,15	-27 726,37	-2 343,75	-7 600,30	-26 255,04		-89 555,61
Em 30/06/2022	Quantias brutas	346 629,22	277 779,17	25 000,00	49 616,77	304 323,24	4 613 691,35	5 617 039,75
	Depreciações acumuladas	-113 355,51	-235 599,66	-25 000,00	-33 991,48	-81 106,35	0,00	-489 053,00
	Quantias líquidas	233 273,71	42 179,51	0,00	15 625,29	223 216,89	4 613 691,35	5 127 986,75
Adições								
Aquisições					309,00	3 731,07	410 222,40	414 262,47
Transferências de AFT em curso		4 156 162,51					-4 156 162,51	0,00
Diminuições								
Depreciações		-129 534,21	-27 711,67	0,00	-4 470,19	-32 285,54	0,00	-194 001,61
Em 30/06/2023	Quantias brutas	4 502 791,73	277 779,17	25 000,00	49 925,77	308 054,31	867 751,24	6 031 302,22
	Depreciações acumuladas	-242 889,72	-263 311,33	-25 000,00	-38 461,67	-113 391,89	0,00	-683 054,61
	Quantias líquidas	4 259 902,01	14 467,84	0,00	11 464,10	194 662,42	867 751,24	5 348 247,61

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

5.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

Métodos de amortização, vidas úteis e taxas de amortização usadas nos Ativos intangíveis		Programas de computador	Passes de Jogadores
Finitas	Taxas de amortização	3	Contrato de Trabalho
	Métodos de amortização	Linha recta	Linha recta

Ativos intangíveis		Programas de computador	Passes de Jogadores	Totais
Em 30/06/2021	Quantias brutas escrituradas	4 507,10	4 163 458,99	4 167 966,09
	Amortizações acumuladas	-4 507,10	-1 810 991,70	-1 815 498,80
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	2 352 467,29	2 352 467,29
Aquisições		0,00	480 903,04	480 903,04
Amortizações		0,00	-1 031 142,16	-1 031 142,16
Alienações		0,00	-1 534 012,50	-1 534 012,50
Diminuições - Alienações Valor Amort. Acumuladas		0,00	765 012,50	765 012,50
Rescisões		0,00	-974 594,41	-974 594,41
Diminuições - Rescisões Valor Amort. Acumuladas		0,00	974 594,41	974 594,41
Em 30/06/2022	Quantias brutas escrituradas	4 507,10	2 135 755,12	2 140 262,22
	Amortizações acumuladas	-4 507,10	-1 102 526,95	-1 107 034,05
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	1 033 228,17	1 033 228,17
Aquisições		0,00	483 486,67	483 486,67
Amortizações		0,00	-541 803,36	-541 803,36
Alienações		0,00	-862 357,05	-862 357,05
Diminuições - Alienações Valor Amort. Acumuladas		0,00	472 773,72	472 773,72
Rescisões		0,00	-169 655,55	-169 655,55
Diminuições - Rescisões Valor Amort. Acumuladas		0,00	169 655,55	169 655,55
Em 30/06/2023	Quantias brutas escrituradas	4 507,10	1 587 229,19	1 591 736,29
	Amortizações acumuladas	-4 507,10	-1 001 901,04	-1 006 408,14
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	585 328,15	585 328,15

6. INVENTÁRIOS

6.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários

As mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo de aquisição e despesas adicionais de compra, o que inclui preço de compra, direitos de importação e outros impostos não recuperáveis das autoridades fiscais, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à aquisição, deduzido de descontos comerciais e abatimentos.

A fórmula de custeio utilizada para as saídas é o custo médio e é utilizado o sistema de inventário permanente.

6.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade:

A 30/06/2023 e 30/06/2022 não existem inventários.

7. RENDIMENTOS E GASTOS

7.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.

Os réditos de prestação de serviços são reconhecidos quando realizados, independentemente do seu recebimento, e são reconhecidos pelo valor recebido ou a receber. Os serviços realizados no exercício que ainda não se encontravam faturados foram reconhecidos pelo valor a receber como rendimento no exercício e foi reconhecido o respetivo ativo em devedores por acréscimo de rendimentos.

7.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

Quantias dos réditos reconhecidas no período	JUN.23		JUN.22	
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos
Vendas	1 138,20	0,04%	1 865,48	0,04%
Prestação de serviços:				
Direitos Televisivos	550 000,00	82,62%	3 600 000,00	82,62%
Outros	789 526,28	17,34%	755 345,54	17,34%
Totais	1 340 664,48	100,00%	4 357 211,02	100,00%

8. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

8.1 Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos, as reduções e as reversões

PROVISÕES	Impostos	Garantias a clientes	Processo Judicial em Curso	Acidentes de trabalho e doenças profissionais	Totais
Acumuladas em 30-06-2022	0,00	0,00	(387 750,00)	0,00	(387 750,00)
Aumentos	0,00	0,00	(360 000,00)	0,00	(360 000,00)
Reduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reversões	0,00	0,00	387 750,00	0,00	387 750,00
Acumuladas em 30-06-2023	0,00	0,00	(360 000,00)	0,00	(360 000,00)

Na época 2022-2023 foi revertida a provisão criada na época 2020/2021 no valor de 387.750,00 Euros por as partes terem chegado a acordo relativo à ação interposta pelo Charity Star. O Moreirense acordou com o Charity o pagamento da quantia de 313.000 Euros referente à ação supramencionada. Foi revertida a provisão pela totalidade.

Foi criada uma provisão de 360.000 Euros relativa a dois processos judiciais em curso. Uma de 50.000 Euros relativa a uma contraordenação que está a correr junto do Tribunal da Concorrência de Santarém que condena o Moreirense ao pagamento de uma coima de 152.000 Euros. O consultor jurídico da Entidade crê que o recurso seja parcialmente favorável, ou seja que a coima seja reduzida para cerca de 50.000€.

Outra de 310.000 Euros relativa a uma ação interposta por um comissionista que demanda o Moreirense ao pagamento de 633.680,96 €. É entendimento do consultor jurídico da Entidade que a Autora poderá ter direito à quantia de 310.000€, valor esse ainda dependente da produção de prova quanto à legalidade daquele acordo.

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

9.1 Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas na contabilização de instrumentos financeiros:

Os instrumentos financeiros da empresa encontram-se valorizados ao valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade.

9.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período do capital próprio

Capital Próprio	Saldo em 30-06-2021	Aumentos	Reduções	Saldo em 30-06-2022
Capital social	1 000 000,00			1 000 000,00
Reservas legais	200 000,00			200 000,00
Outras reservas	1 950 000,00			1 950 000,00
Resultados transitados	3 371 059,21		-2 273 630,71	1 097 428,50
Resultado líquido do período	-2 273 630,71	4 155 305,93		1 881 675,22
Totais	4 247 428,50			6 129 103,72

Capital Próprio	Saldo em 30-06-2022	Aumentos	Reduções	Saldo em 30-06-2023
Capital social	1 000 000,00			1 000 000,00
Reservas legais	200 000,00			200 000,00
Outras reservas	1 950 000,00			1 950 000,00
Resultados transitados	1 097 428,50	1 881 675,22		2 979 103,72
Resultado líquido do período	1 881 675,22	679 516,41	-1 881 675,22	679 516,41
Totais	6 129 103,72	2 561 191,63	-1 881 675,22	6 808 620,13

As demonstrações financeiras da Sociedade apresentam em 30 de junho de 2023 um capital próprio, no montante de 6 808 620,13 € face a um capital social de 1.000.000,00€.

9.3 Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:

Dívidas com duração residual superior a cinco anos			Dívidas cobertas por garantia reais			
Divida	corrente	não corrente	Divida	Quantia	Garantia	
					Natureza	Forma
Clube		809.941,46				
Outros participantes – Suprimentos e outros mútuos	750.000,00	0,00				

9.4 Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de Instrumentos Financeiros não mensurados ao Justo Valor:

Quantias das perdas por imparidade reconhecidas para cada uma das classes de ativos financeiros	Valores acumulados			Ajustamentos reconhecido no período		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas	Aumentos	Reversões	Totais
Clientes	2 390 142,44	19 403,00	2 370 739,44	0,00	2 550 000,00	2 550 000,00
Outros créditos a receber	175 728,42	0,00	175 728,42	0,00	0,00	0,00
Totais				0,00	2 550 000,00	2 550 000,00

Na época 2020/2021 a entidade reconheceu uma imparidade de 2.550.000 Euros. Esta imparidade está relacionada com uma dívida de um cliente relativa à venda de um jogador na época 2020/2021. O Moreirense FC SAD, interpôs uma ação junto da FIFA, CAS 2021/A/7984, que condenou o cliente a pagar o montante em dívida, mais juros de mora. Na época 2022/2023 o Moreirense recebeu os 2.550.000 Euros mais 609.299,80 Euros de indemnização.

10. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

10.1 Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras.

A empresa teve, em média, ao seu serviço 26 jogadores, 4 treinadores, 1 preparador físico, 1 diretor desportivo, 1 responsável do scouting e 4 funcionários.

11. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

11.1 Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

12. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

12.1 Estado e outros entes Públicos

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no art.º 210º da Lei n.º 110/2009 de 16/9, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

O Moreirense Futebol Clube – Futebol SAD foi sujeito a procedimento externo de inspecção realizado pela Autoridade Tributária do qual resultaram um conjunto de correções em sede de IVA em cerca de 79.000 Euros.

Existe, no âmbito deste processo, hipoteca voluntária constituída sob fracção autónoma descrita na Conservatória do Registo Predial Comercial e Automóvel de Guimarães sob o número 976/Moreira de Cónegos e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Moreira de Cónegos sob o art.º 2604, com valor patrimonial tributário de 1.390.640,91 Euros, imóvel pertencente ao Moreirense Futebol Clube.

13. OUTRAS DIVULGAÇÕES

13.1 Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas:

Transacções com as partes relacionadas	JUN.23			JUN.22		
	Vendas	Compras	Outros	Vendas	Compras	Outros
Clube	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
Totais	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00

Os saldos com empresas relacionadas, ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantia dos saldos pendentes, e gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa, decompõem-se como segue:

Quantias dos saldos pendentes com partes relacionadas, respetivas perdas por imparidade acumuladas e gastos reconhecidos a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas	JUN.23					
	Saldos pendentes em 30-06-2023				Perdas por imparidade relacionadas com os saldos pendentes	
	Cliente	Fornecedor	Financ. Obtidos	Outros ativos correntes	Reforços ou reversões no período	Quantias acumuladas no fim do período
Clube	0,00	(150 600,00)	(809 941,46)	1 152,24		
Totais	0,00	(150 600,00)	(809 941,46)	1 152,24	0,00	0,00

Quantias dos saldos pendentes com partes relacionadas, respetivas perdas por imparidade acumuladas e gastos reconhecidos a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas	JUN.22					
	Saldos pendentes em 30-06-2022				Perdas por imparidade relacionadas com os saldos pendentes	
	Cliente	Fornecedor	Financ. Obtidos	Outros passivos correntes	Reforços ou reversões no período	Quantias acumuladas no fim do período
Clube	0,00	(76.800,00)	(809.941,46)	(146.549,73)		
Totais	0,00	(76.800,00)	(809.941,46)	(146.549,73)	0,00	0,00

13.2 Matérias ambientais

No período findo não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgado qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração da Empresa que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

13.3 Outras divulgações

13.3.1 Desagregação do valor dos outros créditos a receber e outros passivos correntes apresentados no balanço:

Outras contas a receber	JUN.23			JUN.22		
	Quantias Brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Valor líquido	Quantias Brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Valor líquido
Adiantamento a fornecedores	2 578,98	0,00	2 578,98	0,00	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	141 597,20		141 597,20	2 292,68		2 292,68
Outros devedores	31 552,24	0,00	31 552,24	4 771,67		4 771,67
Totais	175 728,42	0,00	175 728,42	7 064,35	0,00	7 064,35

Outras contas a pagar		JUN.23	JUN.22
Credores por acréscimo de gastos		42 181,76	185 297,47
	Credores diversos	15 434,81	177 198,91
	Pessoal	158 773,14	212 342,84
	sub-total	174 207,95	389 541,75
Totais		216 389,71	574 839,22

13.3.2 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período:

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	JUN.23		JUN.22	
	Mercadorias	Totais	Mercadorias	Totais
Inventários no começo do período	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	765,00	765,00	1 102,50	1 102,50
Reclassificações e regularizações	0,00	0,00	0,00	0,00
Inventários no fim do período	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-765,00	-765,00	-1 102,50	-1 102,50

13.3.3 Decomposição dos Fornecimentos e serviços externos:

FSE	JUN.23	JUN.22
622 Serviços especializados	794 864,83	584 144,62
6221 Trabalhos especializados	480 054,19	209 685,18
6223 Vigilância e segurança	61 682,60	92 690,49
6224 Honorários	137 164,39	202 738,03
6226 Conservação e reparação	100 963,65	79 030,92
6228 Outros	15 000,00	0,00
623 Materiais	26 270,25	46 960,12
6231 Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	9 938,48	14 751,93
6233 Material de escritório	8 663,11	8 422,89
6238 Outros	7 668,66	23 785,30
624 Energia e fluidos	140 160,37	111 935,05
6241 Electricidade	36 545,50	36 829,78
6242 Combustíveis	97 030,41	70 809,44
6243 Água	5 091,52	4 295,83
6248 Outros	1 492,94	0,00
625 Deslocações, estadas e transportes	203 015,20	158 226,36
6251 Deslocações e estadas	203 002,15	158 222,37
6252 Transportes de pessoal	13,05	0,00
6253 Transportes de mercadorias	0,00	3,99
626 Serviços diversos	159 175,78	133 555,29
6261 Rendas e alugueres	83 947,83	86 358,35
6262 Comunicação	7 300,05	7 415,32
6263 Seguros	2 377,43	1 746,20
6265 Contencioso e notariado	647,83	4 648,30
6267 Limpeza, higiene e conforto	3 970,53	3 510,97
6268 Outros serviços	60 932,11	29 876,15
Total FSE	1 323 486,43	1 034 821,44

13.3.4 Decomposição dos gastos com o pessoal:

GASTOS COM O PESSOAL	JUN.23	JUN.22
Remunerações do pessoal	3 113 965,90	4 352 123,25
Indemnizações	0,00	11 000,00
Encargos sobre remunerações	208 471,07	274 647,56
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	427 104,55	515 805,38
Outros gastos com pessoal	195 681,49	227 748,64
Total	3 945 223,01	5 381 324,83

13.3.5 Decomposição de outros rendimentos:

Outros rendimentos	JUN.23	JUN.22
Rendimentos suplementares	53 593,47	61 432,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	368,21	0,01
Rendimentos em investimentos não financeiros a)	2 059 345,00	4 104 050,00
Outros	674 497,74	748 277,40
Totais	2 787 804,42	4 913 759,41

a) Jun.23: Inclui 660.345,00 € relativos a alienação de direitos desportivos de jogadores e 1.399.000,00 € relativo a ganhos com direitos desportivos de jogadores / Jun.22: Inclui 4.104.050,00 € relativos a alienação de direitos desportivos de jogadores.

13.3.6 Decomposição dos outros gastos:

Outros gastos	2022	2021
Impostos	11 179,91	4 797,16
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,01	23,39
Dívidas incobráveis	6 334,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros	357 601,37	100 783,70
Totais	375 115,29	105 604,25

13.3.7 Subsídios à exploração:

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço		JUN.23			
		Demonstração dos resultados		Balanço	
		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio	Reconhecidas no passivo
Subsídios relacionados com resultados	Federação Portuguesa Futebol	1 725,00			
	Jogos sociais (placard/on line)	368 711,86			
	Totais	370 436,86	0,00	0,00	0,00

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço		JUN.22			
		Demonstração dos resultados		Balanço	
		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio	Reconhecidas no passivo
Subsídios relacionados com resultados	Liga Portuguesa Futebol Profissional	25 000,00			
	Federação Portuguesa Futebol	1 360,60			
	Jogos sociais (placard/on line)	233 574,70			
	Totais	259 935,30	0,00	0,00	0,00

13.3.8 Diferimentos:

Diferimentos	JUN.23	JUN.22
ATIVO		
Seguros	2 723,42	1 729,90
Trabalhos Especializados	17 133,06	30 799,70
Viagens	0,00	460,00
Total	19 856,48	32 989,60

13.4 – Outras Informações – Processos Judiciais em curso:

Processo n.º 211/22.8YUSTR - Contraordenação a correr junto do Tribunal da Concorrência de Santarém – Impugnação da decisão administrativa que condena o Moreirense Futebol Clube – Futebol SAD ao pagamento de uma coima de 152.000 Euros. Atendendo à prova produzida, e principalmente, de acordo com a promoção apresentada pelo Ministério Público é de crer que o recurso nos seja parcialmente favorável, ou seja, que a coima seja reduzida para 50.000 Euros.

Processo n.º 1309/23.0 T8BRG – Processo ordinário a correr junto do Juízos Centrais Cíveis de Guimarães, em que é Autora a sociedade comercial Footconnect, Lda. Nesta ação, a Autora pede 633.680,96 € por falta de pagamento de comissões. É nosso entendimento que a Autora poderá ter direito à quantia de 310.000 Euros, valor esse ainda dependente da produção de prova quanto à legalidade daquele acordo.

O Moreirense Futebol Clube – Futebol SAD foi sujeito a procedimento externo de inspeção realizado pela Autoridade Tributária do qual resultaram um conjunto de correções em sede de IVA em cerca de 79.000 Euros.

Existe, no âmbito deste processo, hipoteca voluntária constituída sob fracção autónoma descrita na Conservatória do Registo Predial Comercial e Automóvel de Guimarães sob o número 976/Moreira de Cónegos e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Moreira de Cónegos sob o art.º 2604, com valor patrimonial tributário de 1.390.640,91 Euros, imóvel pertencente ao Moreirense Futebol Clube.

MOREIRA DE CÓNegos, 29 de setembro de 2023

A Contabilista Certificada

[Handwritten signature]

A Administração

[Handwritten signature: Joaquim Ferreira de Almeida]

[Handwritten signature]

Moreirense Futebol Clube
Fut - Sad
A Administração

14. Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de “Moreirense Futebol Clube – Futebol SAD” (a Entidade), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2023 (que evidencia um total de 10.814.705,01 euros e um total de capital próprio de 6.808.620,13 euros, incluindo um resultado líquido de 679.516,41 euros), a demonstração dos resultados por naturezas relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de “Moreirense Futebol Clube – Futebol SAD.” em 30 de junho de 2023 e o seu desempenho financeiro relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro da Entidade de acordo com as Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Guimarães, 10 de outubro de 2023



CARLOS CUNHA & ASSOCIADOS, SROC, LDA

Representada por:

CARLOS ALBERTO DA SILVA E CUNHA

Inscrito na OROC sob o n.º 685 e na CMVM sob o n.º 20160326

Relatório e Parecer do Fiscal Único

15. Relatório e Parecer do Fiscal Único

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

De harmonia com os preceitos legais e estatutários, vimos dar-lhes conhecimento da ação fiscalizadora para que fomos mandatados, e, emitir parecer sobre o Relatório e Contas da Administração, referentes ao exercício findo em trinta de junho de dois mil e vinte e três.

O Fiscal Único exerceu as competências que lhe são conferidas no artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, e, mercê do acompanhamento efetuado pôde aferir da atividade da Administração, da parte de quem sempre teve a melhor colaboração. Por outro lado, o Relatório de Gestão satisfaz as exigências do artigo 66º do já citado Código.

Assim, o Fiscal Único da **"MOREIRENSE FUTEBOL CLUBE – FUTEBOL SAD"**, é de PARECER que:

- 1º - Sejam aprovados o Relatório e Contas do exercício findo em trinta de junho de dois mil e vinte e três, apresentados pela Administração;
- 2º - Os resultados do exercício tenham a aplicação proposta.
- 3º - Se proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da sociedade e dela se tirem as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Guimarães, 10 de outubro de 2023

O Fiscal Único

